

Cooperação internacional sul-sul: Uma alternativa para reduzir as disparidades existentes no sistema internacional e promover o desenvolvimento equitativo

Taymá Nabil Chamseddine [†] Manoela Marli Jaqueira [‡]

[†]Centro Universitário União Dinâmica de Faculdades Cataratas - UDC

[‡]Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio

*Autor correspondente. E-mail: taymachamseddine@gmail.com

Resumo

Este artigo busca estudar a Cooperação Sul-Sul a partir do reconhecimento das desigualdades globais e como a região pode alterar o equilíbrio de poder internacional. O problema a ser analisado pauta-se em questionar como a Cooperação Sul-Sul pode promover justiça e igualdade no sistema global. Para tanto, utilizou-se uma abordagem bibliográfica e qualitativa, explorando teorias sobre Cooperação Norte-Sul e sua relação com a Cooperação Sul-Sul, com enfoque para os BRICS e a relação sino-africana, visto que representam a Cooperação Sul-Sul. Os resultados indicaram que, apesar de algumas limitações, a Cooperação Sul-Sul tem um potencial transformador no sistema internacional e poderia substituir a relação Norte-Sul no futuro. Portanto, investir na Cooperação Sul-Sul é fundamental para um mundo mais equitativo e sustentável.

Palavras-chaves: Equilíbrio de poder; Cooperação internacional; Relações internacionais

1. Introdução

O sistema internacional, ao longo das últimas décadas, tem testemunhado uma rápida transformação. A interdependência global, destacada pelos autores liberais Keohane e Nye (1977), resultante de intensos intercâmbios sociais e econômicos, aliada à presença de organizações internacionais, movimentos sociais transnacionais e corporações multinacionais, demonstra como as nações estão cada vez mais conectadas e capazes de afetar diretamente umas às outras.

Nesse contexto em constante evolução, emerge um desafio crucial para as relações internacionais: a crescente importância da Cooperação Sul-Sul (CSS). Enquanto o sistema internacional tem historicamente sido caracterizado por uma hierarquia de poder que frequentemente reflete desigualdades profundamente arraigadas em termos

econômicos, políticos e culturais, a CSS surge como uma abordagem inovadora e promissora para enfrentar essas desigualdades sistêmicas.

Este artigo busca analisar a transição da Cooperação Norte-Sul (CNS) para a CSS, introduzindo princípios e diretrizes radicalmente diferentes, como a busca pela autonomia e soberania, além de destacar a importância da conscientização dos países em desenvolvimento. A CSS oferece a eles a oportunidade de desempenhar um papel mais ativo na arena global, desafiando as estruturas tradicionais de poder. Utilizando os BRICS e as relações sino-africanas como exemplos ilustrativos, este estudo tem como objetivo compreender o contexto histórico da CNS e como esse cenário deu origem à CSS, destacando as vantagens e críticas desse novo modelo de cooperação.

À medida que as nações do Sul se unem em busca de parcerias estratégicas e colaborativas, a CSS desafia o domínio tradicional das nações desenvolvidas no cenário internacional, contribuindo para um mundo multipolar. Esta pesquisa, baseada em uma abordagem bibliográfica e qualitativa, visa aprofundar a compreensão das mudanças no sistema internacional e do impacto da CSS nas relações de poder. Através do prisma do construtivismo, ela analisa como os atores envolvidos na CSS moldam suas percepções, interesses e estratégias, contribuindo para o desenvolvimento global mais equitativo e sustentável.

2. Cooperação internacional para o desenvolvimento

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), conforme afirmado por Ayllón (2007, tradução minha), engloba um conjunto de ações que envolvem governos, organizações governamentais e da sociedade civil de diversos países com o objetivo primordial de aprimorar as condições de vida e fomentar o desenvolvimento em nações vulneráveis, que carecem dos recursos necessários para promovê-lo autonomamente.

Nesse cenário, na era da crescente interconexão global, Keohane e Nye enfatizam o aumento da interdependência global, devido ao avanço das comunicações, transações financeiras, comércio e influências culturais. Isso levou a situações em que eventos em um têm impacto direto em outros, resultando em desafios econômicos, políticos e sociais para nações que não têm controle sobre esses eventos (Nogueira e Messari 2005).

Vale ressaltar que cooperação não é oposto de conflito internacional, como aponta Sato (2010). Tal observação é relevante, uma vez que, num contexto global tão diversificado, é natural que surjam conflitos de interesses e que os diversos atores internacionais apresentem perspectivas individualizadas em relação a determinadas questões, no entanto essa diversidade de perspectivas também possibilita a coexistência harmoniosa de experiências compartilhadas (Sato 2010).

A CID possui uma natureza multifacetada, dessa forma, Sato (2010) ressalta que projetos abrangentes como os relacionados à educação, ciência, tecnologia e ajuda humanitária, muitas vezes demandam anos para gerar resultados tangíveis, apesar dos custos imediatos envolvidos. Sendo assim, é frequente que questões prementes, como crises internas e pressões políticas, acabem por receber maior destaque e recursos em comparação com projetos de cooperação internacional de longo prazo

Embora a assistência financeira de curto prazo seja importante para atender às necessidades imediatas de nações menos favorecidas, é crucial destacar, por exemplo, a

Cooperação Técnica Internacional (CTI), uma vez que, é uma parte da CID:

Para que a cooperação técnica contribua efetivamente para os objetivos a que se propõe, é necessário que o planejamento das ações a serem implementadas sejam consistentes, no sentido de buscar com que o trabalho desenvolvido realmente apresente os impactos positivos almejados. Isto requer a adoção de metodologias adequadas de planejamento, de acompanhamento e de avaliação dos projetos de cooperação técnica. Além de ter em mente que a justificativa para a implementação de um projeto de Cooperação Técnica Internacional (CTI) não são os recursos a ele alocados nem necessariamente o que é construído ou produzido diretamente (laboratórios, estradas, centros de saúde, etc.), mas sim os benefícios ensejados por aqueles recursos e os produtos obtidos, em termos de contribuição para o desenvolvimento sócio-econômico do país (melhoria de renda, transporte mais barato, melhoria da saúde pública, etc.) (Relações Exteriores 2004, 7 e 9).

Sendo assim, é de suma importância instituir e preservar projetos de cooperação a longo prazo, que tenham a capacidade não apenas de produzir impactos sustentáveis, mas também de fomentar um mundo caracterizado pela igualdade e progresso, harmonizando medidas imediatas com uma perspectiva de longo prazo.

Nesse contexto, à medida que Keohane e Nye (1977) enfatizam a crescente interdependência entre os Estados como um caminho para alcançar a paz por meio da cooperação, é importante destacar que, apesar dessa interdependência, eles também reconhecem a realidade de uma distribuição desigual das forças transnacionais. Essa distinção entre a interdependência global e as disparidades de poder é crucial para compreender o papel das relações Norte-Sul e Sul-Sul no cenário internacional.

3. Cooperação norte-sul

O estudo da CID demanda uma contextualização histórica, como observado por Milani (2014). Este autor divide o percurso da CID em três períodos distintos: os primeiros anos de institucionalização, a transição nas décadas de 1970 e 1980, e a fase dos anos 1990 até os dias atuais.

No início do processo de institucionalização da CID, como ressaltado por Milani (2014), a ajuda humanitária por parte dos Estados Unidos já desempenhava um papel importante. No entanto, foi somente após o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, com os EUA emergindo como uma potência vitoriosa e a implementação do Plano Marshall, que a CID foi oficialmente estabelecida, uma vez que, o plano se revelou uma fonte crucial de financiamento inicial para a CID, marcou um marco significativo nesse processo de institucionalização.

A Guerra Fria desempenhou um papel fundamental na institucionalização da CID, uma vez que o bloco ocidental a utilizou como parte integrante de sua estratégia anticomunista. Nos primeiros anos desse processo, a agenda da CID estava ligada ao que ficou conhecido como os "três D": direitos humanos, descolonização e desenvolvimento, como destacado por Milani (2014). Estes "três D" representavam uma abordagem abrangente dos Estados Unidos para incentivar países subdesenvolvidos, muitos dos quais ainda sob regimes coloniais, a acelerar sua industrialização e integração ao livre mercado global, com o objetivo de conter a influência do comunismo (Milani 2014).

O desenvolvimentismo, marcado pela influência do keynesianismo e do processo de modernização, desempenhou um papel de destaque nesse contexto. Durante essa

época, os países foram categorizados em desenvolvidos e subdesenvolvidos, com a ênfase voltada para o impulso do crescimento econômico, por meio de investimentos em tecnologia e infraestrutura (Milani 2014). Se distinguem por:

Os países foram classificados (desenvolvidos e subdesenvolvidos); indicadores foram criados para medir as diferenças entre os países (PIB per capita); diagnósticos foram realizados – necessidade de investimentos em tecnologia e infraestrutura física, que assegurariam o arranque ou *take off* dos países atrasados; e soluções foram discutidas no sentido de substituição de formas de organização social, instituições, valores tradicionais e motivações considerados pouco propícios ao desenvolvimento, sempre na expectativa de que os ganhos do crescimento pudessem se distribuir automaticamente de cima para baixo, por efeito de percolação (*trickle down*) (Milani 2014, 35).

O autor destaca que a institucionalização da CID resultou em normas, discursos e práticas mais estruturados, coincidindo com o crescimento do multilateralismo, embora os interesses nacionais ainda influenciasses as negociações. Por outro lado, contrastando com a CID e os interesses nacionais predominantes nas negociações lideradas pelas nações desenvolvidas, a década de 1950 viu o surgimento da Conferência de Bandung e o Movimento dos Países Não Alinhados. Essas iniciativas foram lideradas por nações buscando preservar sua soberania e independência, evitando alianças com os blocos liderados pelos EUA e URSS durante a Guerra Fria (Milani 2014).

Na segunda parte de seu artigo Milani (2014) trata que durante 1970 houve uma profunda crise global abrangendo questões econômicas, energéticas, ambientais e sociais em todas as partes do mundo. Isso incluiu a ruptura do sistema financeiro ouro-dólar, os choques do aumento dos preços do petróleo, a conscientização ambiental emergente e os movimentos sociais contestatórios.

Os países em desenvolvimento, agora mais numerosos devido à descolonização, deixaram de receber a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) que recebiam dos países do Norte Global em razão da crise da década de 70 e 80, isso os fez questionarem a ordem econômica global vigente.

Para Ayllón (2007, 29, tradução minha) (tradução minha):

Ajuda internacional ao desenvolvimento refere-se a ações internacionais que transferem recursos públicos e privados em condições vantajosas em relação às disponíveis no mercado de bens e serviços financeiros. Essa vantagem nas condições de transferência de recursos é conhecida como elemento de concessionalidade (Ayllón 2007, 29).

No estudo de Milani (2014), foi demonstrada a conexão entre a AOD e o Produto Nacional Bruto (PNB). Os dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) revelaram que a AOD oscilou ao longo do tempo, diminuindo de 0,51% em 1961, 0,49% em 1962 e 0,41% em 1966 para níveis ainda mais baixos em torno de 0,32% em 1970, 0,28% em 1973 e 0,31% em 1976.

Essa análise destaca que, frequentemente, a assistência financeira fornecida pelos países do Norte aos países do Sul é motivada por interesses geopolíticos e agendas ocultas, que negligenciam as necessidades locais. Essa abordagem pode resultar na implementação de programas de desenvolvimento ineficazes e, ao mesmo tempo, minar a autonomia dos países receptores, tornando-os mais dependentes dos países do Norte.

Nas décadas de 70 e 80, a crise econômica afetou de forma desigual os países do Sul Global, que perderam ajuda externa e acumularam dívidas. Isso levou a um paradoxo:

embora a CIDco tenha sido institucionalizada, houve crescente desconfiança em relação a ela. Além disso, mudanças na agenda, como a influência da ecologia política após a Conferência de Estocolmo em 1972 e a institucionalização do Consenso de Washington, promoveram ideias neoliberais em detrimento das liberais de Keynes, responsabilizando-as pela crise global (Milani 2014).

De acordo com Milani (2014), muitos países do Norte justificaram a redução da AOD argumentando que os países do Sul não tinham capacidade própria de promover seu desenvolvimento. Paralelamente, destacados defensores do pensamento neoliberal reafirmaram que a ajuda externa prejudica o crescimento econômico, uma vez que frequentemente acarreta intervenções que podem desfavorecer os setores competitivos da economia (Ayllón 2006).

Milani (2014) aborda a evolução CID nas décadas de 1990 e 2000, após o fim da Guerra Fria e durante o aumento da globalização. Nesse período, surgiram dois relatórios significativos: a "Agenda para a Paz"(1992) e a "Agenda para o Desenvolvimento"(1994), elaborados por Boutros Boutros-Ghali, então secretário-geral da ONU.

Nesse sentido, "Agenda para a Paz" se concentrou na adaptação da CID a um mundo pós-Guerra Fria, enfatizando a prevenção de conflitos e a gestão de crises, reconhecendo a importância da estabilidade política para o desenvolvimento sustentável. Por outro lado, a "Agenda para o Desenvolvimento" ressaltou a necessidade de políticas econômicas inclusivas e sustentáveis, com ênfase na luta contra a pobreza e na promoção do desenvolvimento social (Milani 2014).

No contexto pós-Guerra Fria, houve um aumento na importância e frequência das discussões e ações relacionadas à construção e manutenção da paz, combate a pandemias, proteção da biodiversidade, mudanças climáticas, direitos humanos, redução da pobreza e parcerias público-privadas. Esses tópicos foram abordados em várias conferências da ONU, como indicado por Milani (2014), em eventos como a Conferência de Jomtien em 1990 (educação para todos), a Cúpula da Terra no Rio em 1992 (questões ambientais), a Conferência de Direitos Humanos em Viena em 1993, a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento no Cairo em 1994 (direitos reprodutivos e demografia), a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher em Pequim em 1995 (direitos das mulheres e gênero), a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social em Copenhague em 1995, a Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat II) em Istambul em 1996 (gestão urbana e internacionalização das cidades) e a Conferência Mundial contra o Racismo em Durban em 2001 (discriminação racial).

O Programa das Nações Unidas (PNUD) introduziu o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como uma abordagem mais completa em vez de focar exclusivamente na renda per capita (Milani 2014, 44). O IDH avalia saúde, educação e renda como pilares do desenvolvimento, proporcionando uma visão ampla da qualidade de vida, indo além do mero crescimento econômico.

Além disso, conforme Ayllón (2006), surgiu nesse período os Objetivos do Milênio das Nações Unidas (ODM), adotados pelas Nações Unidas em 2000, enfatizando a luta contra a pobreza, o perdão da dívida externa dos países mais pobres e a abertura comercial. Esses objetivos tornaram-se um compromisso global e refletiram uma

mudança na agenda de desenvolvimento, com maior atenção aos desafios impostos pela globalização como o terrorismo e imigração.

Em 1996, os países doadores, através da OCDE, adotaram as metas das Nações Unidas como objetivos para a ajuda externa, mudando a abordagem da ajuda. Isso marcou uma transição longe de motivações históricas como interesses pós-coloniais e estratégicos. No entanto, a eficácia da ajuda foi questionada por críticos neoliberais que favoreciam o investimento privado como alternativa mais eficiente (Ayllón 2006).

Instituições financeiras como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial se comprometeram com objetivos globais de desenvolvimento e a redução da pobreza após a crise asiática e mudanças na liderança do FMI. Essas mudanças refletiram uma transformação na abordagem global para o desenvolvimento, com um foco renovado na redução da pobreza e em metas de desenvolvimento mais amplas (Ayllón 2006).

Com isso, percebe-se que o sistema internacional passou por mudanças ao longo dos anos, desde sua institucionalização inicial até a crise global nos anos 1970 e 1980, seguida pelo período pós-Guerra Fria com novas agendas globais. Durante esses períodos, a CNS evoluiu e enfrentou críticas, que começaram nos anos 1960 e influenciaram o surgimento de novas formas de CID.

4. Cooperação sul-sul CSS

De acordo com Pino (2014), o termo "Sul Global" surgiu após a Guerra Fria e se refere a países em desenvolvimento no hemisfério Sul, bem como alguns países do hemisfério Norte com desenvolvimento considerado médio ou baixo. Os países emergentes sentiram a necessidade de se unir contra a dominância dos países do Norte Global, que muitas vezes buscavam promover seus próprios interesses. Além disso, Pino (2014) destaca que essa nova dinâmica no cenário internacional é uma tentativa de desafiar essa hegemonia e é chamada de "globalização contra-hegemônica."

Para entender a lógica da CSS é essencial considerar o surgimento da consciência do Sul e sua manifestação nas relações internacionais a partir da Conferência de Bandung em 1955, onde a solidariedade entre os países em desenvolvimento se tornou vital, resultando em um diálogo político entre eles que sublinhou a importância da coordenação para reduzir as desigualdades no sistema global (Pino 2009).

Segundo Pereira e Medeiros (2015) durante a conferência de Bandung, foram delineadas cinco sessões: a seção cooperação econômica, que enfatiza independência nacional e cooperação técnica, a seção de cooperação cultural para promover o intercâmbio intelectual e artístico, ênfase na adesão aos princípios da ONU na seção de direitos humanos e autodeterminação, e incentivos para a criação de mais organizações internacionais e a inclusão dos países afro-asiáticos no Conselho de Segurança da ONU na seção de promoção da paz e cooperação internacional.

Ao final dessa Conferência foi assinado os 10 princípios de Bandung que estabeleceram uma base sólida para a cooperação entre os países asiáticos e africanos, com princípios e ideais considerados essenciais por eles. Esses 10 princípios são demonstrados por (Pino 2014, 61) conforme a Tabela 1 abaixo:

A Conferência de Bandung influencia a criação do Movimento dos Não Alinhados (MNAL), que adotam seus princípios e se manifestam nas demais conferências, como a

Tabela 1. Conferência Afro-Asiática de Bandung (Indonésia), 18 a 24 de abril de 1955

1- Respeito aos direitos humanos fundamentais e aos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas.
2- Respeito à soberania e à integridade territorial de todas as nações.
3- Reconhecimento da igualdade entre todas as raças e entre todas as nações, grandes e pequenas.
4- Não intervenção ou não interferência em assuntos internos de outros países.
5- Respeito aos direitos de cada nação à sua própria defesa, seja individual ou coletiva, em conformidade com a Carta das Nações Unidas.
6- Abstenção do uso de pactos de defesa coletiva para beneficiar interesses específicos de quaisquer grandes potências e abstenção do exercício de pressões sobre os demais países.
7- Rechaço a ameaças e agressões, ou ao uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer país.
8- Emprego de soluções pacíficas em todos os conflitos internacionais, em conformidade com a Carta das Nações Unidas.
9- Promoção dos interesses mútuos e da cooperação.
10- Respeito à justiça e às obrigações internacionais.

Fonte: Pino (2014, 61), elaborado pela autora.

Conferência de Belgrado em 1961. Os Países Não Alinhados surgem com o intuito de não se alinharem nem aos EUA nem a URSS, visto que lutavam contra o imperialismo, contra o apartheid, contra a interferência nos assuntos internos de outros Estados, prezavam pela autodeterminação e soberania dos povos, pela resolução pacífica de conflitos e pela democratização das relações internacionais (Pereira e Medeiros 2015).

Os Países Não Alinhados contribuíram para enfatizar o desejo de um mundo mais equitativo, eles não apenas se opuseram à bipolaridade da Guerra Fria, mas também promoveram uma visão de CSS que visava empoderar as nações em desenvolvimento e fortalecer sua influência nas relações internacionais.

Além dessas conferências e movimentos, surgem também a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), o G-77, e o Plano de Ação de Buenos Aires. Tanto o UNCTAD e o G-77 representaram uma resposta à necessidade de reformas na ordem econômica mundial para beneficiar os países do Sul, solicitando uma Nova Ordem Internacional mais inclusiva e justa (Pereira e Medeiros 2015).

A CSS enfrentou desafios na década de 80 e final de 90, devido a problemas internos, como a crise da dívida externa e a transição democrática na América Latina (Leite 2012, 18). Além disso, a autora cita, que a ascensão do neoliberalismo fez com que os países do Sul competissem por investimento estrangeiro, interrompendo esforços conjuntos para reformar a ordem econômica global, que anteriormente dependiam do papel central do Estado no desenvolvimento.

Em 1978, quatro anos após a chamada da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI), os países em desenvolvimento se reuniram na Conferência da ONU em

Buenos Aires, e foi adotado o Plano de Ação de Buenos Aires (PABA), que promoveu a Cooperação Técnica entre Países em desenvolvimento (CTPD) (Pino 2014).

O PABA, supervisionado pela Unidade Especial de CTPD do PNUD, continha 38 recomendações para atores nacionais, regionais e globais, e basicamente instava os países em desenvolvimento a compartilhar informações sobre suas capacidades técnicas e conhecimentos, fortalecer conexões e identificar oportunidades de cooperação para atender às necessidades das nações menos desenvolvidas (Leite 2012).

Sendo assim, de acordo com Pino (2014, 71), a CTPD foi definida pelo documento Novas orientações da CTPD como “um modelo de atividades de caráter polifacetado realizadas por uma ampla gama de participantes, incluídos os governos nacionais, as instituições regionais, os organismos multilaterais, as organizações não multilaterais e o setor privado”.

A principal forma de assistência da CSS é a técnica e de financiamento de projetos, representando cerca de 90%, enquanto os outros 10% são direcionados para apoiar a balança de pagamentos ou orçamento. Vale salientar também que esses empréstimos da CSS são oferecidos em condições favoráveis, minimizando o risco de criar dívidas insustentáveis (Pino 2010, 3).

Nas décadas de 1990 e 2000, a CSS vivenciou um ressurgimento devido ao descontentamento com os programas de ajuste estrutural e ao surgimento de governos progressistas no Sul. O crescimento econômico possibilitou maior presença internacional, exemplificada pela formação de coalizões como IBAS e BRICS. A CSS ampliou sua abordagem para incluir cooperação econômica e alternativas de desenvolvimento, destacando-se em áreas como comércio, finanças e coordenação de políticas econômicas, exemplificadas por iniciativas como Petroamérica e IIRSA (Leite 2012).

No IV Fórum de Alto Nível em Busan, Coreia do Sul, a Estratégia de Apoio ao País, a CSS recebeu reconhecimento sólido. Destacou-se que a CSS é distinta da CNS em termos de natureza, modalidades e responsabilidades, oferecendo perspectivas promissoras, recursos adicionais e enriquecimento do conhecimento. A transparência na alocação de recursos da CID foi um tema central (Pino 2014).

5. Mudança no polo de poder global

Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos emergiram como uma potência hegemônica devido a conquistas tecnológicas e militares, incluindo o Plano Marshall para a reconstrução da Europa, o Sistema Monetário de Bretton Woods e o crescimento industrial focado em armamentos. No entanto, a hegemonia dos EUA foi questionada, principalmente após a crise dos anos 1970, marcada pela quebra do padrão dólar, a crise do petróleo, a desregulamentação financeira e a derrota no Vietnã, que sinalizaram o início de uma crise em sua supremacia (Stopper 2012).

Segundo Arrighi (1996) o capital financeiro tem sido central ao longo da história do capitalismo, indicando transições entre diferentes regimes de acumulação global. Suas expansões não só desencadeiam a queda de antigos regimes econômicos, mas também são cruciais na criação de novos sistemas econômicos. Ademais, Arrighi (1996) destaca quatro principais ciclos sistêmicos de acumulação no sistema mundial capitalista: o genovês durante os séculos XIV-XV, o holandês durante o século XVII, o britânico durante os séculos XVIII-XIX e por fim o norte-americano durante o

século XX, que ainda está vigente.

Fiori 2008 (*apud* Stopper 2012) observa um declínio relativo dos Estados Unidos em relação à China, mas ressalta que isso não implica enfraquecimento nas esferas militar e econômica dos EUA. Destaca-se uma parceria estratégica entre os EUA e a China para gerenciar sua influência global, indicando que os EUA não buscam conter o avanço do leste asiático. O destaque econômico e político de emergentes como China, Índia, Rússia e Brasil desafia a hegemonia tradicional dos EUA, introduzindo maior diversidade e reconfigurando as dinâmicas das relações globais (Stopper 2012).

O status de única superpotência mundial dos EUA já não é uma realidade, resultado das escolhas tomadas por seus próprios líderes e das ações das outras potências globais (Mabucanhane 2014).

A credibilidade norte-americana foi muito questionada durante a crise dos anos 1970, o que levou a uma diminuição da ajuda oficial dos países do Norte, especialmente devido à crise financeira. Isso resultou em uma pressão significativa sobre os países em desenvolvimento para assumirem mais responsabilidade por suas próprias economias, como evidenciado por Nixon na Conferência de Guam. Essas mudanças tiveram um impacto direto nas políticas de cooperação e nas expectativas em relação aos países em desenvolvimento (Milani 2014).

A crise econômico-financeira de 2008, gerou instabilidade global devido à interconexão dos mercados financeiros, afetando países dependentes dos EUA, como Grécia e Irlanda, e causando revoltas populares devido ao impacto nas políticas de bem-estar social (Stopper 2012). Países como a China, que limitaram sua integração financeira global, sentiram menos as consequências da crise. O crescimento das economias emergentes da Ásia e América Latina pode reequilibrar a dinâmica global e redefinir a geografia econômica do século XXI, buscando maior justiça para os países do Sul Global (Stopper 2012).

Nesse sentido, países emergentes estão cada vez mais optando por colaborar por meio de acordos e blocos econômicos, como evidenciado no caso do BRICS e nas relações sino-africanas. Essas iniciativas visam promover seus interesses, aproveitar suas vantagens e, ao mesmo tempo, diminuir sua dependência em relação à influência hegemônica dos Estados Unidos.

6. BRICS

Os BRICS, uma coalizão econômica composta pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (que aderiu ao grupo em 2011), representam as principais potências emergentes da atualidade. O termo "BRICS", sem a África do Sul, foi criado pelo economista Jim O'Neill em 2001, prevendo que Brasil, Rússia, Índia e China teriam um papel importante na economia global. Em sua obra "*Building a Better Global Economic*" ele previu que essas economias alcançariam o mesmo nível econômico que as nações mais desenvolvidas do G7 em uma década (O'Neill et al. 2001). Somente em 2011, a África do Sul se juntou ao grupo, formando o acrônimo BRICS.

Reis (2012) destaca que nas primeiras três cúpulas dos BRICS, os países membros abordaram temas cruciais, incluindo segurança internacional, igualdade de oportunidades de desenvolvimento e apoio ao multilateralismo com a ONU como centro. Houve também discussões sobre reforma da ONU e seu Conselho de Segurança,

desarmamento, não proliferação e combate ao terrorismo. Ademais, houve ênfase na cooperação econômica internacional, coordenação de políticas e diálogo político sobre questões econômicas e financeiras, junto ao compromisso com a reforma das instituições financeiras internacionais, e ênfase no aumento da cooperação intra-BRICS em áreas como agricultura, estatísticas, tecnologia e saúde (Reis 2012).

A última cúpula do grupo até então ocorreu em 2023, em Joanesburgo, onde os líderes originais do BRICS anunciaram a entrada de 6 novos países a partir de janeiro de 2024: Arábia Saudita, Egito, Etiópia, Irã, Emirados Árabes Unidos e a Argentina (recusou a entrada). Com essa inclusão, o BRICS passará a representar cerca de 46% da população mundial e quase 36% do PIB global em paridade de compra. Além disso, foram definidos critérios para futura entrada de novas nações e discutidas medidas como a busca por uma moeda de referência do BRICS e a reforma da governança global (Federal 2023).

Nesta seção, será tratado especificamente sobre os países tradicionalmente membros dos BRICS, tendo em vista que a adesão dos novos membros é recente e as informações disponíveis sobre o assunto ainda são limitadas. Entretanto, é importante considerar que a entrada desses novos países amplia a diversidade e o alcance geográfico do BRICS, reunindo nações de diferentes regiões e contextos políticos, econômicos e culturais, consequentemente proporcionando uma plataforma mais abrangente para a colaboração e o intercâmbio de ideias e experiências entre os membros.

Os países do BRICS se destacam por ter grandes territórios, populações numerosas e economias diversificadas, liderando o crescimento econômico entre as nações emergentes. Apesar das diferenças políticas, econômicas e militares, o século XXI permite que nações com interesses diversos se unam em uma aliança (Silva 2013).

As escolhas estratégicas e trajetórias distintas dos países BRICS destacam as complexas relações entre ideologia política e desenvolvimento econômico. Uma vez que, no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, a China e a União Soviética optaram por se manter afastadas das instituições capitalistas globais, como o FMI, BIRD e GATT, enquanto a Índia e o Brasil aderiram a essas instituições de maneira hesitante, de acordo com Almeida (2009).

O Brasil, dentro do BRICS, se destacou por adotar uma abordagem econômica mais capitalista, o que acelerou seu processo de modernização. Por outro lado, a Índia concentrou-se mais na estatização e burocracia, resultando em um progresso mais lento. É relevante observar que o recente crescimento econômico da Índia tem sido impulsionado pela diáspora econômica, que tem contribuído para o desenvolvimento interno do país (Silva 2013).

Considerando a complexidade das disparidades de desenvolvimento entre esses blocos, há uma considerável discussão sobre o futuro dos BRICS, um grupo de nações em rápido crescimento que está ganhando destaque global, embora com abordagens distintas para o desenvolvimento. De acordo com Almeida (2009), os estudos da Goldman Sachs preveem que esse quarteto (ainda sem a África do Sul) ultrapassará coletivamente o PIB do atual G7 até 2035, com a China ultrapassando individualmente todos os membros do G7 até 2040.

Espera-se que a China lidere em termos tecnológicos, a Rússia mantenha seu foco na exploração de recursos naturais, o Brasil se destaque por sua competitividade e

a Índia se concentre em serviços de internet e tecnologia da informação (Almeida, 2009). No entanto, é relevante observar que, embora os BRICS possam superar o G7 em termos de economia combinada, a riqueza média por pessoa nos países do BRICS ainda será inferior à dos países do G7 (Silva 2013).

Historicamente esses países enfrentaram diferentes problemas, desde questões políticas e econômicas até conflitos territoriais e desigualdades sociais. No entanto, mesmo com os obstáculos eles buscam cooperar entre si, pois entendem a necessidade dessa solidariedade para enfrentar esses desafios em comum e alcançar um sistema internacional mais justo e equitativo.

Os países-membros do BRICS têm cooperado no campo da saúde, especialmente em pesquisa e desenvolvimento para doenças como HIV/Aids e tuberculose. Juntos, propõem ações conjuntas e cooperação em pesquisa clínica, diagnósticos, vacinas e tratamentos. Além disso, convergem em críticas ao sistema de patentes, defendendo abordagens inovadoras em P&D, transparência nos custos e desvinculação dos custos de P&D do preço dos produtos de saúde (Padula e Fonseca 2020).

Existem três principais argumentos sobre a possibilidade de os BRICS criarem a NOEI: céticos preocupados com a instabilidade interna nos países do bloco, os otimistas que veem a chance de criar a NOEI após o colapso do neoliberalismo, e naturalistas que preferem aguardar para entender o papel dos BRICS. Essas visões divergem quanto à viabilidade e timing da NOEI (Mabucanhane 2014).

Os países do BRICS deram um grande passo ao diminuir sua dependência do dólar e da hegemonia dos EUA com a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD). Exclusivo para países emergentes, o NBD reflete a insatisfação com instituições multilaterais tradicionais, buscando aprovar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável de forma ágil e técnica. Sua governança equilibrada entre os cinco membros fundadores e a cooperação com bancos de desenvolvimento locais demonstram esforços conjuntos para complementar os bancos multilaterais existentes (Batista Jr. 2016).

Cabe apontar que, o autor Almeida (2009) destaca as trajetórias econômicas dos BRICS, excluindo a África do Sul, enfocando em fatores políticos e estruturais criado pelo Jim O'Neill. Ele ressalta que a China alcançou um notável crescimento sustentado através de autoritarismo político e abertura econômica, se destacando com vantagens de desenvolvimento ao se adaptar rapidamente à economia de mercado (Almeida 2009, 61).

Silva (2013) destaca que a Rússia, com recursos e territórios reduzidos, enfrenta dificuldades para recuperar sua importância geopolítica devido a recursos limitados e declínio demográfico. A China, apesar do sucesso econômico, enfrenta preocupações com desigualdade ligada ao crescimento. Índia e Brasil, embora tardios na adoção da economia de mercado, enfrentam desafios diferentes: a Índia busca integrar camponeses à economia de mercado, enquanto o Brasil enfrenta problemas de educação e qualificação técnica que comprometem ganhos de produtividade (Silva 2013).

Após a queda da "cortina de ferro" em 1990, a Rússia enfrentou crises econômicas ao transitar para uma economia de mercado. A China, embora tenha tido sucesso econômico, enfrenta preocupações com desigualdade ligada ao seu crescimento. Já a Índia e Brasil adotaram a economia de mercado mais tarde, mas ainda lidam com

ciclos passados que afetam seu desempenho, mostrando-se capitalistas, porém com menos diversificação do que países centrais (Silva 2013).

Os países do Sul Global, unidos por experiências de colonização e exploração pelo Norte global, buscam solidariedade e cooperação. Isso os leva a formar blocos, como o BRICS, com objetivos comuns, incluindo o desenvolvimento econômico, reformas nas instituições financeiras internacionais e maior representação dos países em desenvolvimento no cenário global.

A identidade é uma construção social compartilhada pelos atores, desempenhando um papel crucial na determinação de seus interesses, a mesma pode ser flexível e pode evoluir com o tempo e as interações entre os atores (Wendt 1992). Em resumo, a identidade é uma peça fundamental na percepção dos atores sobre si mesmos e nos relacionamentos internacionais.

A identificação coletiva se desenvolve à medida que os Estados passam por um processo de identificação, onde a linha entre "nós" e "eles" se torna menos nítida, ou seja, os Estados passam a tratar os interesses dos outros como seus próprios interesses e a colaborar na resolução de problemas comuns e na criação de instituições compartilhadas, à medida que suas identidades e interesses são moldados por suas interações com outros Estados (Wendt 1999).

Durante a Conferência Internacional da CSS na Argentina, o embaixador brasileiro Demétrio Bueno de Carvalho enfatizou o papel crucial da CSS na política externa brasileira, o mesmo destacou o compromisso do Brasil em solidarizar-se com outros países em desenvolvimento, compartilhando experiências de superação de desafios semelhantes. Além disso, o embaixador mencionou o êxito na formulação e execução de políticas públicas, resultando em iniciativas reconhecidas globalmente (Nações Unidas 2019).

Dessa forma, o embaixador mostra a solidariedade do Brasil com outras nações em desenvolvimento, visto que o Brasil também passou por problemas que outras nações em desenvolvimento passam hoje em dia. Em resumo, ele trata os interesses dos outros países como seu interesse também e se dispõe a colaborar para superar esses problemas de forma conjunta.

Ademais, Wendt (1999) destaca que uma visão negativa que um Estado tem em relação ao outro pode levar à competição e hostilidade, enquanto uma visão positiva tende a fomentar a cooperação, a busca de soluções pacíficas e a construção de identidades compartilhadas, sendo assim tudo depende de como o Estado se enxerga e enxerga o outro no sistema internacional. Para o construtivista, essa estrutura de identidades e interesses se desenvolve quando há alta interação entre atores ou insatisfação com a situação anterior (Wendt 1992).

Nesse contexto, os BRICS surgiram em parte devido à insatisfação com a ordem internacional anterior, que era vista como desequilibrada e que favorecia as potências hegemônicas. Esse desequilíbrio levou os BRICS a buscarem uma maior voz e influência no cenário internacional, promovendo reformas nas instituições financeiras globais e uma maior representatividade dos países em desenvolvimento no sistema internacional.

É crucial destacar que atualmente cada país enfrenta desafios únicos, a Rússia por exemplo, está envolvida na guerra contra a Ucrânia, a China envolvida com a disputa

comercial e econômica com os EUA, além de problemas com Taiwan. Por sua vez, o Brasil enfrenta desafios internos, já a Índia, possui desafios com o Paquistão e com a ascensão da China, e a África do Sul enfrenta desafios internos, como desigualdades persistentes e demandas por reformas políticas e econômicas.

7. Relação sino-africana

Devido às dificuldades financeiras nos países emergentes, a cooperação financeira entre eles pode ter eficácia limitada. A ascensão econômica da China pode promover a CSS, onde a China desempenharia um papel central na assistência a nações em desenvolvimento, sem condicionais unilaterais, ao contrário da CNS.

Na sua estratégia política na CSS, a China promove a "ascensão pacífica", buscando um crescimento distinto das abordagens militares tradicionais. Adota a ideia de "desenvolvimento pacífico" e "mundo harmonioso", visando um modelo "ganha-ganha" sem interferir nos assuntos internos ou violar a soberania de outros países (Milani e Carvalho 2013).

Nesse sentido, seguindo o mesmo raciocínio sobre como a China lida com a CSS, o governo chinês estabeleceu oito princípios para o desenvolvimento da cooperação econômica e técnica, sendo eles (China (2011, 32) *apud* Milani e Carvalho (2013, 31)):

Igualdade e benefícios mútuos; respeito à soberania dos Estados; cooperação via empréstimos sem juros ou com juros subsidiados; apoio à sustentabilidade nacional (self-reliance); eficiência econômica e produtiva; uso de equipamentos e insumos chineses; capacitação técnica; igualdade de tratamentos dos técnicos chineses na comparação com os técnicos de mesmo nível no plano nacional (China (2011, 32) *apud* Milani e Carvalho (2013, 31)).

Sendo assim, esses oito princípios estabelecidos pelo governo chinês para cooperação econômica e técnica destacam igualdade, respeito à soberania dos Estados e foco na sustentabilidade nacional nas relações Sul-Sul. Eles promovem eficiência produtiva, uso de recursos chineses e capacitação técnica, visando benefícios mútuos e desenvolvimento conjunto.

A relação sino-africana é muito importante, pois a China é o maior país em desenvolvimento e a África têm o maior número de países em desenvolvimento, sendo assim a China conseguiria se assumir como um ator de influência global, reforçar a CSS e tentar promover uma maior credibilidade no plano internacional (Ferreira 2010).

De acordo com Ferreira (2010), a China se envolve na África para garantir acesso a recursos naturais vitais, como petróleo e minérios, necessários para sua revolução industrial. Em troca, a China investe em infraestrutura, como escolas e estradas, e busca apoio para sua política de uma China unificada, levando ao rompimento de relações com países africanos que reconheciam Taiwan como independente.

Desde a criação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), o comércio bilateral entre a China e os países africanos cresceu significativamente, ultrapassando US\$ 200 bilhões em 2013. Esse aumento se deve à expansão das necessidades chinesas por recursos primários e energéticos, levando à instalação de diversas empresas chinesas na África, principalmente no setor extrativista (Vadell, Lopes e Cardoso 2013).

A relação entre a China e a África vem trazendo efeitos positivos para ambos, onde a China através de investimentos tem contribuído aproximadamente de 1% a 2% para

o crescimento dos países africanos (Ferreira 2010). O Eximbank chinês, surgiu como uma alternativa as instituições ocidentais, na concessão de empréstimos para esses países africanos, sendo como condição apenas a contratação das empresas estatais chinesas para a realização dos projetos, ou seja, tanto a África quanto a China se beneficiam dessa relação (Ferreira 2010).

O envolvimento chinês na África é apoiado devido a investimentos, mas também criticado devido a endividamento, práticas não conformes com padrões ambientais e trabalhistas, impactos na indústria local e apoio a regimes autoritários (Ferreira 2010). Logo, o autor enfatiza a necessidade de empresas chinesas seguir regulamentações trabalhistas, cuidar do meio ambiente, transferir tecnologia e abordar impactos sociais para que os projetos sustentáveis na África sejam bem-sucedidos.

Apesar dessa relação China-África apresentar críticas, como cita Ferreira (2010) muitos africanos ainda sim preferem o envolvimento com a China do que com os EUA e a Europa, pois a China adota essa perspectiva de não se envolver nos assuntos internos de outros Estados, se direcionando mais para as relações econômicas, diferentemente das potências ocidentais.

A preferência pela parceria com a China na África decorre do abandono histórico pelas potências ocidentais após financiar projetos, levando a uma busca por parcerias mais estáveis, duradouras, e com interesses mútuos, onde ambos consigam se beneficiar da relação comercial de alguma forma.

Entretanto, é necessária uma abordagem cuidadosa para evitar a reprodução de relações desiguais e dependentes, que possam perpetuar dinâmicas neocoloniais. Isso implica em garantir que as parcerias entre China e África sejam baseadas em princípios de igualdade, respeito mútuo e benefício mútuo, ao mesmo tempo em que sejam estabelecidos mecanismos eficazes para a transferência de tecnologia, capacitação local e desenvolvimento sustentável.

Assim, não se sabe ao certo o futuro da relação sino-africana, porém caso a China respeite os padrões de trabalho e ambientais da África e cumpra com os seus princípios de não interferência e autodeterminação dos povos, é muito provável que essa relação continue sendo benéfica para ambos.

8. Conclusão

O artigo científico abordou a CSS como uma alternativa à CNS). Ele contextualizou a CNS, destacando marcos históricos, e examinou a origem e evolução da CSS, enfatizando seu papel na redução da desigualdade e inclusão global. O artigo também discutiu a hegemonia dos EUA e seu futuro, o bloco BRICS como emergentes proeminentes e a relação sino-africana como exemplos da CSS.

A pesquisa destaca a importância de compreender a evolução do cenário internacional e geopolítico, visto que muda conforme os interesses dos países. Após a Guerra Fria, os EUA eram a única potência hegemônica global com ideais de capitalismo liberal, entretanto a crise das décadas de 70 e 80 enfraqueceu esse status, levando a incertezas sobre o futuro da ordem mundial.

De acordo com os construtivistas, tudo está em permanente evolução, e a mudança é permanentemente possível. Para eles, as estruturas e as normas sociais não são fixas, mas sim construídas por meio das interações dos atores e das ideias compartilhadas,

logo, é difícil afirmar ao certo o futuro do sistema internacional, sendo que o mesmo está em constante mudança.

A CSS, que já existia, passou a se fortalecer, exemplificada pelos BRICS e pela relação sino-africana ao final do artigo. Nesse contexto as nações em desenvolvimento passaram pela “tomada de consciência” e se uniram com vários objetivos em comum, que desafiavam a hegemonia norte-americana, visto que dessa vez os países emergentes buscaram lutar pela sua soberania e independência.

Certamente a CSS apresenta desafios como a falta de coordenação efetiva, a dependência de recursos limitados e a necessidade de maior harmonização de estratégias entre os parceiros. Portanto, para maximizar os benefícios dessa abordagem, é crucial investir em mecanismos de monitoramento e avaliação, promover o compartilhamento de boas práticas e fortalecer as capacidades institucionais dos países envolvidos.

O surgimento da CSS representa um marco na promoção de relações internacionais mais equitativas, desafiando a abordagem tradicional Norte-Sul. Apesar do futuro da CSS ser incerto e sujeito a várias dinâmicas, o mesmo tem potencial para reduzir o "imperialismo ocidental" e impulsionar a democracia global.

Recebido em: 16/11/2023.

Aprovado em: 16/07/2024.

Referências

- Almeida, Paulo Roberto. 2009. O papel dos BRICs na economia mundial. Em *Comércio e Negociações Internacionais para Jornalistas*, 57–65. Rio de Janeiro: Cebri-Ícone/Embaixada Britânica Brasília.
- Arrighi, Giovanni. 1996. *O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Traduzido por Vera Ribeiro. 408p. Revisão de tradução por Cesar Benjamin. Rio de Janeiro, São Paulo: Contraponto, Editora UNESP.
- Ayllón, Bruno. 2006. O Sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento e seu estudo nas Relações Internacionais: a evolução histórica e as dimensões teóricas. *Revista de Economia e Relações Internacionais* 5 (8): 5–23.
- . 2007. La Cooperación Internacional para el Desarrollo: fundamentos y justificaciones en la perspectiva de la Teoría de las Relaciones Internacionales. *Carta internacional* 2 (2): 32–47.
- Batista Jr., Paulo Nogueira. 2016. Brics–Novo Banco de Desenvolvimento. *Estudos Avançados* 30 (88): 179–184.

- China, Information Office of the State Council Xinhua. 2011. *China's Foreign Aid*. http://news.xinhuanet.com/english2010/china/2011--04/21/c_13839683.htm. Acesso em: 18 de outubro 2024.
- Federal, Brasil. Governo. 2023. Em declaração conjunta, líderes do BRICS anunciam a entrada de seis novos países. Acedido em 8 de maio de 2024. <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/08/em-declaracao-conjunta-lideres-do-brics-anunciam-a-entrada-de-seis-novos-paises>.
- Ferreira, Patrícia Magalhães. 2010. Cooperação Sul-Sul: a China em África. *JANUS 2010-Meio século de independências africanas*, 176–177.
- Fiori, J. L. 2008. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. Em *O mito do colapso do poder americano*, editado por J. L. Fiori, C. Medeiros e F. Serrano, 11–70. Rio de Janeiro: Record.
- Keohane, Robert e Joseph Nye. 1977. *Power and Interdependence: World Politics in Transition*. Boston: Little Brown.
- Leite, Iara Costa. 2012. Cooperação Sul-Sul: conceito, história e marcos interpretativos. *Observador on-line* 7 (3): 1–40.
- Mabucanhane, Nelson Laura. 2014. A Dualidade de crises dos Estados Unidos da América: reflexão sobre oportunidades, possibilidades e o papel dos BRICS para uma nova ordem mundial. *Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica*, número 5.
- Milani, Carlos R. S. 2014. Evolução histórica da cooperação Norte-Sul. Em *Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento*, 33–56. Brasília: Ipea.
- Milani, Carlos R. S. e Tássia C. O. Carvalho. 2013. Cooperação Sul-Sul e política externa: Brasil e China no continente africano. *Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas* 1 (1).
- Nações Unidas, ONU News. 2019. Guterres destaca papel da Cooperação Sul-Sul na eliminação da pobreza. Acedido em 5 de agosto de 2023. <https://news.un.org/pt/story/2019/03/1665061>.
- Nogueira, João Pontes e Nizar Messari. 2005. *Teoria das relações internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- O'Neill, Jim et al. 2001. *Building better global economic BRICs*. New York: Goldman Sachs.
- Padula, Raphael e Felipe Fonseca. 2020. BRICS: potencialidades de cooperação e papel na governança global de saúde no contexto da pandemia. *Saúde em Debate* 44 (spe4): 40–61.
- Pereira, Analúcia Danilevicz e Klei Medeiros. 2015. A emergência da periferia no sistema mundial: da Conferência de Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955–1978). *AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy & International Relations* 4 (7).
- Pino, Bruno Ayllón. 2009. Cooperación Sur-Sur: innovación y transformación en la cooperación internacional. *Fundación Carolina*, 1–11.
- . 2010. El impulso a la Cooperación Sur-Sur en América Latina: ¿Nuevas formas de cooperación regional? *Breviario en Relaciones Internacionales del cea-unc*, número XVI, 1–11.
- . 2014. Evolução histórica da cooperação sul-sul (CSS). Em *Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento*, 57–86. Brasília: Ipea.

- Reis, Maria Edileuza Fontenele. 2012. *BRICS: surgimento e evolução*. FUNAG.
- Relações Exteriores, Brasil. Ministério das. 2004. *Agência Brasileira de Cooperação. Formulação de Projetos de Cooperação Técnica Internacional (PCT): Manual de Orientação*. 2ª edição. 48p. Brasília.
- Sato, Eiiti. 2010. Cooperação Internacional: uma componente essencial das relações internacionais. *RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde* (Rio de Janeiro) 4 (1): 46–57.
- Silva, Rodrigo Cassio Marinho da. 2013. Os BRICS: considerações sobre os novos atores globais no século XXI. Em *Considerations on the New Global Actors in XXI Century*, 22–36.
- Stopper, Maria Terezinha Dalbem. 2012. O capitalismo pós-1990 e a emergência de novos pólos de poder. *Para Onde!?* 6 (1): 44–51.
- Vadell, Javier Alberto, Bárbara Lopes e Daniele Cardoso. 2013. FOCAC: estratégia econômica e política de cooperação Sul-Sul Sino-Africana. *Carta Internacional* 8 (2): 81–99.
- Wendt, Alexander. 1992. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. *International Organization* 46 (2): 391–425.
- . 1999. *Social Theory of International Politics*. Cambridge University Press.